

# PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA CURRICULAR NOS COTIDIANOS

**ANA PRISCILA DE LIMA ARAÚJO AZEVEDO**

[anapiscilaazevedo40@gmail.com](mailto:anapiscilaazevedo40@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no campo de discussões sobre currículo, onde buscamos tecer uma discussão sobre o desenvolvimento de práticas curriculares de professoras(es) na vivência dos cotidianos escolares. Assim, temos o objetivo de tecer uma discussão teórica em torno do campo do currículo dialogando com perspectivas pautadas a partir do pós-estruturalismo com autoras como Alice Casimiro Lopes que discute as questões curriculares a partir de um enfoque discursivo.

Para tanto, traçamos um diálogo entre a realização das práticas curriculares e as propostas dos textos políticos no mesmo âmbito por compreendermos que políticas e práticas curriculares não se desenvolvem em espaços-tempos dicotomizados mas que, ao contrário, se inter-relacionam. Não falamos aqui de uma polarização em que políticas se sobrepõem às práticas ou vice-versa, mas nos assentamos no entendimento de que não há possibilidade de separação das mesmas, não pela via de realização indiscutível do que é prescrito, mas sim pela possibilidade de leituras outras que se fazem do texto político. Apresentamos assim, na seção que segue as discussões por nós construídas.

## METODOLOGIA

Neste trabalho mobilizaremos noções da Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2000) buscando compreender não os processos de resistência ao que é prescrito, mas sim como os professores (re)existem a esta normatividade, como eles desenvolvem suas práticas curriculares que não estão dissociadas da política, mas são elas mesmas, um discurso político. Pensar currículo e práticas curriculares nesta perspectiva é segundo Lopes (2016) “[...] teorizar sobre o imprevisto, sobre o contingente, des-sedimentar certezas, reativar possibilidades desconsideradas” (p. 120).

Esta perspectiva vai assim, de encontro com a lógica de uma prescrição curricular como um discurso definitivo, prescritivo e sem possibilidade de leituras outras. Esta perspectiva se contrapõe assim a própria “pretensão de se definir de uma vez por todas o que vem a ser o currículo” (LOPES, 2016, p. 120).

## POLÍTICAS CURRICULARES: CAMPO DE DISPUTAS POR SIGNIFICAÇÃO

O campo de discussões sobre o currículo tem se apresentado como um terreno fértil de debates sobre a temática, podemos tomar aqui abordagens como a de Michael Young, que embora se apresentem como avanços na teoria curricular - e não é nossa intenção aqui desvalorizar as contribuições que o mesmo trouxe ao campo do currículo numa perspectiva crítica - favorecem ainda discussões como as que marcam as teorizações em torno de políticas curriculares como a BNCC (2018), como podemos ver no trecho a seguir

Um currículo nacional deveria ser elaborado com a colaboração estreita de especialistas em disciplinas e se limitar a conceitos-chave de cada disciplina. Esse alcance do currículo nacional garante autonomia para cada escola e para os professores especialistas em cada disciplina. (YOUNG, 2012, p. 237)

Assim, Young, defende um currículo que se proponha crítico e ao mesmo tempo estabeleça uma norma, centralizando assim o conhecimento no campo da teoria curricular, embora não apresente uma proposição de controle ou mensuração dos processos de ensino-aprendizagem.

Reiteramos que não é nossa intenção apresentar uma perspectiva teórica que se proponha melhor que outra, mas evidenciar os caminhos que se apresentam enquanto possibilidade de teorização em torno do campo do currículo e embora concordemos com o fato de que é direito dos estudantes terem acesso a um conhecimento especializado, isto não implica dizer que a construção de uma política curricular universalizadora dará conta de garantir direitos de aprendizagem iguais a toda uma população escolar, isto por que propostas que se apresentam como melhores não o são porque representam um referente, mas por que se dão numa estrutura de poder, neste sentido Lopes (2016) afirma que

Se há expectativa de leitura única de um texto científico ou de um texto normativo, não é porque há um referente, uma estrutura ou uma razão capaz de garantir essa leitura única como sendo a verdadeira, mas porque dadas relações de poder restringem outras possibilidades de leitura. (p. 133)

Desta forma compreendemos que uma política curricular se constrói a partir de discursos que buscam hegemonizar um sentido de currículo, e

ao fazê-lo deixa de lado outros tantos outros sentidos que continuarão a disputar a possibilidade de dizer o que é mesmo este currículo.

Entendemos assim, que as discussões no campo curricular não devem se dar numa tentativa de fechamento absoluto em que se define um melhor currículo, por entendermos que este entendimento de “um melhor currículo” deixa de fora do texto político muitas outras possibilidades de ser currículo e por conseguinte de ser escola, de ser professor, de ser estudante, de ser sociedade.

Ainda como afirmam Lopes e Macedo “como texto, o currículo é sempre aberto e será contingencialmente fechado por cada leitor para se abrir a novas leituras” (2021, p. 2) o que nos indica que qualquer tentativa de fechamento será sempre provisória, sempre uma leitura em detrimento de outras tantas que podem ser feitas do mesmo texto.

Deste modo quando nos deparamos com a prescrição de uma política curricular que se propõe universalizante e que reverbera consequentemente sobre a ação das(os) professoras(es) podemos perceber que esta política não se dará tal qual instituída, pois o currículo é, ele próprio forjado no movimento de disputas por demandas diferentes postas em jogo a partir da ação.

## NOTAS FINAIS

Este exercício nos propôs mais questionamentos do que propriamente respostas, assim temos pelo menos um entendimento negociado e explícito – embora não fixado ou sem possibilidade de renegociações – o de que o campo do currículo, envolvendo políticas e práticas curriculares, não necessariamente uma sobreposta a outra, sempre estará envolto num processo de disputa por uma significação e esta sempre se dará num movimento em que a decisão por algo ou por algum entendimento, deixará de fora outros tantos entendimentos.

Não intentamos aqui propor uma teorização em torno dessas práticas que consideramos emergentes, inventivas, contextuais, mas não podemos desaperceber da riqueza da (re)existência frente aos textos políticos que se pretendem fundantes e que não apresentam qualquer compromisso com as demandas contextuais dos espaços em que se desenvolvem.

**Palavras-chave:** Currículo. Práticas curriculares. Políticas curriculares.

## REFERÊNCIAS

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000, pp. 111-145.

LOPES, Alice Casimiro. Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de (orgs). **A teoria do discurso em Ernesto Laclau**: ensaios críticos e entrevistas. Ed. Annablume. 1ª Ed. – 2016

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Apresentação: Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. **Roteiro, [S. l.]**, v. 46, p. e27181, 2021. DOI: 10.18593/r.v46i.27181. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27181> Acesso em: 20 julho. 2021

YOUNG, Michael. Superando a crise na teoria do currículo: uma abordagem baseada no conhecimento. In: **Cadernos Cenpec.**, 2013. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/238/249> Acesso em 3 de agosto de 2021.